

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.204 - MG (2019/0309028-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : ANDRE MARTINS MELO  
**RECORRENTE** : FABIANA AUGUSTA MARTINS DE MELO  
**RECORRENTE** : JULIA MARTINS DE MELO NEUHAUS  
**RECORRENTE** : MARIA MARTINS MELO  
**RECORRENTE** : OMAR MARTINS DE MELO  
**RECORRENTE** : PATRICIA AUGUSTA MARTINS MELO  
**ADVOGADOS** : BRUNO CÉSAR FONSECA E OUTRO(S) - MG097646  
MARCELO VINICIUS MENDES CUPERTINO - MG163061  
**RECORRIDO** : HENRIQUE DE LACERDA MELO  
**ADVOGADO** : ADRIANA MACHADO LEAL DÉNES E OUTRO(S) - MG076537

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por **FABIANA AUGUSTO MARTINS DE MELO E OUTROS**, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 255, e-STJ):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO. PROVA DO PREPARO DO RECURSO. PROVIMENTO CONJUNTO Nº 15/2010/TJMG COM REDAÇÃO DADA PELO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 30/2014/TJMG. EXIGÊNCIA DA AUTENTICAÇÃO OU COMPROVANTE ORIGINAL DO PAGAMENTO. NÃO APRESENTAÇÃO PELO RECORRENTE. DESERÇÃO RECONHECIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. Nos termos do artigo 1.007 do CPC, é ônus do recorrente comprovar o preparo recursal. 2. A prova do preparo, no âmbito do TJMG, é regulamentada pelo artigo 2º-A, § 1º do Provimento Conjunto nº 15/2010, com a redação dada pelo Provimento Conjunto nº 30/2014, ou seja: "§ 1º - A autenticação na guia ou o comprovante emitido pelo guichê de caixa deverão ser originais, não valendo quando apresentados por cópia reprográfica ou segunda via do comprovante.". 3. Não cabe valorar - positiva ou negativamente - a exigência de tal formalidade, uma vez que ao julgador cumpre tão somente cumprir a norma, não sendo possível interpretação onde o a regra não admite margem para tanto, e menos ainda ignorar por completo a forma do ato exigida indistintamente de todos recorrentes, em geral. 3. Hipótese em que o ora agravante não cumpriu o determinado por decisão anterior, i.e., não providenciou o comprovante original do recolhimento do preparo, mesmo instado a fazê-lo, pelo que inarredável a deserção reconhecida pela r. decisão singular.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente aponta violação ao art. 1007 do NCPC, sob o argumento, em síntese, de que não existe a obrigatoriedade de

apresentação de documento original com a finalidade comprovar o pagamento do preparo.

Contrarrazões às fls. 280/282, e-STJ.

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 305/307, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. No caso dos autos, o Tribunal de origem não conheceu do recurso de apelação da recorrente, porquanto deserto, sob o argumento de que (fls. 256/257, e-STJ):

**E a prova do preparo, no âmbito do TJMG, é regulamentada pelo artigo 2º-A, § 1º do Provimento Conjunto nº 15/2010, com a redação dada pelo Provimento Conjunto nº 30/2014, ou seja:**

""§ 1º - A autenticação na guia ou o comprovante emitido pelo guichê de caixa deverão ser originais, não valendo quando apresentados por cópia reprográfica ou segunda via do comprovante." [g n1" Não cabe aqui valorar - positiva ou negativamente -a exigência de tal formalidade, uma vez que ao julgador cumpre tão somente cumprir a norma, não sendo possível interpretação onde o a regra não admite margem para tanto, e menos ainda ignorar por completo a forma do ato exigida indistintamente de todos recorrentes, em geral.

Destarte, sendo indubitoso que o ora agravante não cumpriu o determinado pela decisão de fl.155, i.e., não providenciou o comprovante original do recolhimento do preparo, mesmo instado a fazê-lo, inarredável a deserção reconhecida pela r. decisão singular.

Dessa forma, incide, na espécie, por analogia, a Súmula 280 do STF (*in verbis*: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"). Isso porque o acórdão recorrido está fundamentado em dispositivos do Provimento Conjunto nº 15/2010 do TJMG. Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível a apreciação, ainda que reflexa, do conteúdo normativo local, o que é inviável na âmbito do recurso especial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARÁTER INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DESERÇÃO. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO STF. PRECEDENTES. 1. Não há que se falar em violação do art. 535 do CPC no caso em que as questões postas foram analisadas de forma objetiva e a decisão está suficientemente fundamentada. 2. O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Precedentes. 3. Embargos de declaração acolhidos como agravo regimental a que se nega provimento. (EDcl no AREsp 588.909/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 11/03/2015) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. RECOLHIMENTO DO PREPARO NÃO COMPROVADO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXA JUDICIÁRIA INSTITUÍDA POR LEI LOCAL. DESERÇÃO. LEI ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA INSTÂNCIA ESPECIAL. SÚMULA N. 280/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. O Tribunal de origem decretou a deserção do recurso especial em virtude da ausência de recolhimento de custas previstas em lei estadual. Dessa forma, inviável o exame da pretensão recursal no sentido de examinar as disposições da referida norma, pois não é cabível o exame de lei local na via extraordinária (Súmula n. 280/STF). 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 463.530/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 05/05/2014)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXA JUDICIÁRIA INSTITUÍDA POR LEI LOCAL. DESERÇÃO RECONHECIDA NA INSTÂNCIA A QUO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE. ANÁLISE DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. Conforme certificado pelo Tribunal a quo e explicitado na decisão que inadmitiu o Recurso Especial, o requerente deixou de recolher os valores relativos às GRERJ. Desse modo, incide a Súmula 187 do STJ, segundo a qual é deserto o recurso interposto para o STJ quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos.

2. Apenas a insuficiência do preparo, e não sua ausência, autoriza a concessão do prazo estabelecido no § 2º do art. 511 do CPC. Precedentes do STJ.

3. Ainda que assim não fosse, nas razões do Recurso Especial, o recorrente alega ofensa à legislação estadual, que tem sua análise obstada em Recurso Especial nos termos da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe Recurso Extraordinário."

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 161520 / RJ, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 14/06/2012)

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator